

Reunião com a Advocacia Geral da União

Data: 19/09/2014

Participantes:

- **Campanha:** Lucas Brandão, James Lewis, Célio Turino, Gustavo Ribeiro e Acilino Ribeiro
- AGU:

Instituição	Nome	Cargo	Telefone	E-mail
ANPPREV : Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social	Antonio Rodrigues da Silva	Presidente	(61) 3322-0170 / 322-8564	antoniodonara@gmail.com
AGU - Advocacia Geral da União e ANAUNI - Associação Nacional dos Advogados da União	Teresa Villac Pinheiro Barki	Advogada especializada em licitações sustentáveis	3506-2100 (R2111)	teresa.villac@agu.gov.br
UNAFE - União dos Advogados Públicos Federais do Brasil	Renata Pallone	Diretora da 3ª Região Judiciária	(61) 3037-9441 / (11) 99316-7666	atendimento@unafe.org.br
ANPAF - Associação Nacional dos Procuradores Federais	Rogério Filomeno Machado	Presidente	(61) 3326-1729 / (61) 9658-6721	presidente.anpaf@gmail.com
ANAJUR - Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia Geral da União	Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello	Advogada da União	(61) 8151-7468 / (61) 3322-9054	joana.mello@anajur.org.br
ANAJUR - Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia Geral da União	Luiz Fabrício Thaumaturgo Vergueiro	Delegado de São Paulo (interesse também na área de Ciência e Tecnologia)	(11) 8560-8092 / (61) 9234-2134	frclverg@yahoo.com
Sinprofaz - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional	Heráclio Camargo	Presidente	(61) 3964-1218 / 1215	hmcnet@uol.com.br
ANAUNI - Associação Nacional dos Advogados da União	Rommel Macedo	Presidente	(61) 3344-4386 / (61) 8131-5949	rommelmmacedo@gmail.com
ANPAF - Associação Nacional dos Procuradores Federais	Araken Oliveira da Silva	Representante (Delegado) no Estado de São Paulo	(11) 3506-2440/(11)9 9101-8725	araken@uol.com.br

Objetivo: conversa preliminar sobre as reivindicações da área, visando um futuro encontro com a Marina e com o Beto e um aprofundamento do programa.

Encaminhamentos: inclusão dos advogados no evento com os sindicatos na próxima quarta-feira (24/09). Tentaremos conseguir pelo menos 15 minutos da candidata com a categoria.

Contexto Legislativo Atual:

- Avanços com a PEC 82

- Papel fundamental do Beto Albuquerque e da bancada de Pernambuco na aprovação dos honorários da advocacia pública no novo Código de Processo Civil.

Contexto Histórico:

- Funções especiais da justiça na Constituição de 88:
 - o Defensoria Pública
 - o Ministério Público
 - o Advocacia Pública
- MP ganhou autonomia administrativa e financeira com a Constituição de 88.
- A Advocacia Pública é a única que não tem autonomia. Tem centenas de cargos vagos. Quem defende o estado está sem a estrutura básica para atuar.
- Tem-se uma dificuldade enorme para abrir concurso público
- O salário inicial da AGU é 60% do que ganha o MP.
- A Constituição diz que são carreiras simétricas, mas isso não é observado na carreira e na estrutura.
- Para cada real investido na AGU, se retorna 21 reais em arrecadação.
- Nós temos o papel de defender o próprio gestor, mas temos menos segurança jurídica do que os procuradores. Nós temos advogados que foram presos por defender o gestor.
- A AGU faz a defesa do:
 - o Tribunal de Contas da União
 - o Congresso Nacional
 - o CNJ
- A AGU gerou uma economia de R\$153 bilhões de reais.
- Expertise diversa da advocacia
- A Advocacia Pública é parceira do sucesso da gestão
- Querem uma autonomia funcional
- Existe hoje uma coordenação de atuação na AGU que é fantástica. Os pareceres são similares.
- Custeio anual da AGU atual: R\$2,67 bilhões
- O retorno é de cerca de 60 vezes isso.
- Nas 4 carreiras, têm cerca de 2mil vagas em aberto. Temos quase 8 mil trabalhando.
- Cada concurso feito na AGU, cerca de 20% não assumem.
- É uma carreira de passagem.
- Cerca de outros 20% saem em 2 anos.
- Salário Inicial: 16 mil bruto e R\$11 mil líquido
- Após 35 anos: final 20 mil bruto
- No MP, o salário bruto inicial é de R\$24.500. Ou seja, a disparidade é muito grande.
- Papel protagonista da AGU nas contratações sustentáveis. Ela está cobrando todos os servidores para inserir a sustentabilidade nas contratações e compras. Esse papel não é reconhecido pelo Estado.

“Segundo dados oficiais, a atuação das Carreiras da Advocacia Pública Federal gerou economia e arrecadação de 156,5 bilhões para os cofres públicos federais, apenas em 2013. Para cumprir essa relevante missão, a AGU contou com orçamento de somente 2,67 bilhões no referido ano. Ou seja, para cada R\$1,00 investido na AGU, esta instituição garantiu um retorno aproximado de R\$60,00 ao Estado brasileiro, viabilizando políticas públicas em benefício de toda a sociedade.

Todavia, apesar desses importantes resultados obtidos em pouco mais de duas décadas de existência, a AGU vem enfrentando sérias dificuldades, tais como: quantidade reduzida de membros nas diversas Carreiras, com uma crescente e alarmante evasão de seus quadros; ausência de serviços de apoio devidamente estruturados; sistemas informatizados deficientes; inadequadas condições de trabalho em vários órgãos. Estes são alguns dos principais problemas enfrentados pela instituição, impedindo um combate ainda mais efetivo à sonegação e à corrupção.” (Carta da Advocacia Pública Federal aos Presidenciáveis)